

Modernização urbana está acabando nosso Patrimônio Histórico

Os municípios da área metropolitana de Vitória — a única exceção é Cariacica — herdaram um rico patrimônio arquitetônico. Esses prédios caracterizavam as cidades e constituíram-se num legado de valor extraordinário para a análise histórica do povo capixaba. Mas forçoso é reconhecer que este patrimônio está sendo dilapidado e suas causas são basicamente duas: a especulação imobiliária e a omissão de órgãos como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — IPHAN.

A chamada "modernização" de Vitória, que ocorreu principalmente a partir da década de 60, fez crescer um setor econômico até então incipiente: o imobiliário. Com isso não só os recursos naturais como o Morro do Moscoso e a Fonte Grande começaram a ser destruídos, como também todos os legados arquitetônicos da cidade. Hoje, prédios construídos há dezenas de anos (e por essa razão tradicionais), tombam para dar lugar aos espigões, apontados pelo setor imobiliário como fruto do Progresso".

A construção desses

espigões, caracterizados pelo uso multiplicado do terreno, gera lucros altíssimos para uns poucos, e acaba com a história de muitos, como André Carloni, o construtor de muitos monumentos arquitetônicos dessa terra, principalmente de Vitória.

Além da especulação imobiliária, que vem fazendo desaparecer as construções antigas de Vitória, existe também a impotência do IPHAM. Louve-se algumas investidas desse órgão ligado diretamente a Presidência da República, como a preservação do patrimônio histórico da área

próxima ao Convento da Penha (onde uma imobiliária queria erguer mais um espigão). Mas a omissão existe e para diminuí-la os técnicos no assunto e a própria coletividade deve lutar para preservar a história arquitetônica de nossa terra.

E para uma efetiva preservação desse patrimônio, nada melhor do que conhecer o que temos. A partir de discussões em todos os níveis — e aí estão os estudantes de Belas Artes e Arquitetura da Ufes que certamente poderão contribuir muito — poderemos criar uma consciência preservacionista para o que resta — e não é muito de centenas de anos de obras de arte arquitetônica, paciente e laboriosamente levantados em nossa cidade e Estado.



Igreja de São Gonçalo



Colégio do Carmo

Patrimônio Histórico da Grande Vitória

4511.718

Sob o título "Patrimônio Histórico da Grande Vitória", a Fundação Jones dos Santos Neves (FJSN) editou em quatro fascículos uma coletânea, feita pela arquiteta Helena Maria Gomes, das obras que são consideradas de importância arquitetônica.

O documento foi editado em meados do ano passado, e somente foi abordado ligeiramente na imprensa da Capital, e nunca chegou a ser publicado na íntegra a relação de todos os prédios considerados de preservação permanente pela arquiteta Helena Gomes. Certamente compensa ver o que podemos preservar, mas é preciso perguntar: quantos desses monumentos de nossa história já não se perderam neste curto espaço de tempo do levantamento até agora? Por quanto tempo eles resistirão sem que tenham proteção, incluindo a recuperação necessária? Hoje vamos relacionar os prédios históricos de Vitória. Mas existem considerações importantes da autora do estudo, que vale a pena conhecer.

plas superfícies de transformação, sendo necessário serem acionados outros instrumentos como: a auto-preservação-estimulada, por parte dos próprios usuários; o controle da urbanização e renovação urbanas; o uso de leis mais amplas em planejamento urbano; e a participação da sociedade civil nas decisões de projetos de desenvolvimento urbano".

E mais: "esta observação torna-se fundamental para a região de Vitória, devido ao processo de crescimento acelerado que tem se processado nas duas últimas décadas, podendo ocorrer que mecanismos formais de preservação se tornem incapazes de sustar o processo de desaparecimento de edificações e conjuntos que compõem a memória histórica e

Largo São Gonçalo, construída no século XVIII (1710). Proteção: tombada e restaurada pelo IPHAN. É utilizada esporadicamente para culto religioso, permanecendo a maior parte do tempo fechada. Em estado regular de conservação, é recomendado a restauração da cobertura devido a infiltração de água; tratamento do entorno e da escadaria de acesso ao Largo São Gonçalo.

Igreja Santa Luzia: Rua José Marcelino, s/nº. Construída no século XVI, sofreu reformas no século XVIII. É tombada pelo IPHAN. Sua utilização atual é como Galeria de Arte, aos cuidados da Ufes. Em bom estado de conservação, é recomendado o controle dos gabaritos de altura das edificações entorno, visando a preservação das visuais. Restrições na reedificação da residência ao lado.

Residência Cerqueira Lima,

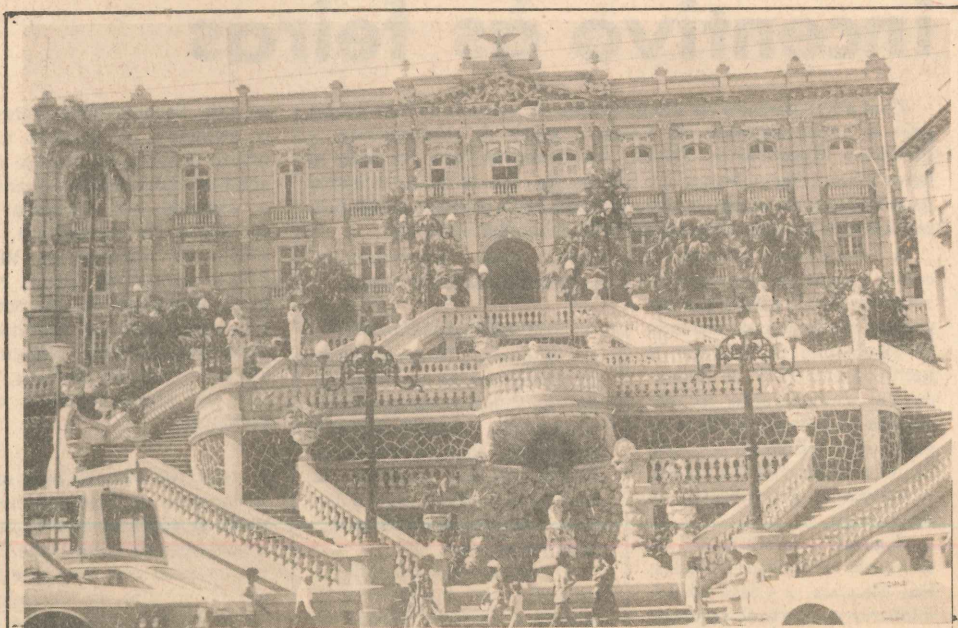
tratamento paisagístico. É recomendado a restauração do frontispício e tratamento do Lago em frente. Restauração da capela e criação de um Museu de Arte Sacra. Recomenda-se ainda a demolição da Rádio Capixaba ao lado do frontispício, por apresentar características arquitetônicas góticas ao conjunto.

Convento do Carmo, rua Coronel Mascarenhas, s/n, construído no século XVII (1610). Não tem proteção. É utilizado pela Secretaria de Educação. (NR: Hoje já não tem esta utilização). Em estado regular de conservação, é recomendado o seu tombamento no GP2.

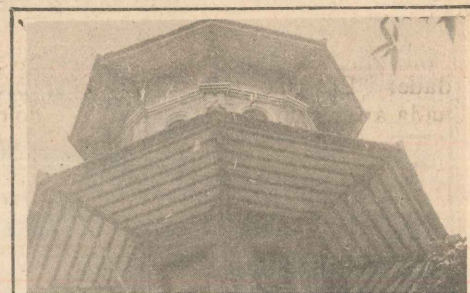
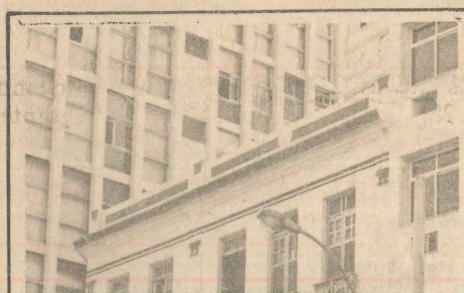
Clínica Santa Angélica, localizada na rua 23 de Maio, 273, o prédio foi construído no século XX (1915). Não tem nenhuma proteção. É utilizado como Clínica psiquiátrica feminina. Em bom estado de

celino. Foi construída no século XX, sendo iniciada em 1910. Não tem nenhuma proteção e é destinada ao culto religioso. Em bom estado de conservação, seu tombamento é recomendado no GP2. Recomenda-se ainda o tratamento do entorno com a criação de uma Praça no atual Largo e integração com as escadarias existentes.

Edificações na rua Pedro Palácios: Números 36, 54/60 e 76. Construídas no século XIX e XX, não tem proteção. A utilização atual é a seguinte: a de número 36 está desabitada; a de número 54/60 é residência e a de número 76, funciona com arquivo público. A de número 36 e 54/60 (no pavimento superior) encontra-se em precário estado de conservação. A de número 76 está em bom estado. Recomendação: tombamento no GP2. Rest-



Palácio Anchieta





Hotel Europa



Casa na Jerônimo Monteiro



Pensionato São Luiz



Antiga Faculdade de Filosofia

mas é preciso perguntar: quantos desses monumentos de nossa história já não se perderam neste curto espaço de tempo do levantamento até agora? Por quanto tempo eles resistirão sem que tenham proteção, incluindo a recuperação necessária? Hoje vamos relacionar os prédios históricos de Vitória. Mas existem considerações importantes da autora do estudo, que vale a pena conhecer.

Ela denuncia que a cidade vem sofrendo um processo de descaracterização que "se faz sentir em função da pouca atenção que tem merecido por parte de quem vive na cidade o seu habitante nos diversos níveis e posições os bens que de certa forma tornam o nosso meio urbano ímpar, dentre tantos outros". E anuncia que a análise contida no documento refere-se a edificações "legadas por nossos antepassados", não sem lembrar que os bens naturais são de importância também fundamental.

O PATRIMÔNIO

No volume introdutório da "Edificações a Serem Preservadas em Vitória" parte do "Patrimônio Histórico da Grande Vitória" Helena Gomes cita a definição inicial dada aos bens coletivos: "Constitui o Patrimônio Histórico e Artístico e conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer pela sua vinculação com fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico, etnográfico ou artístico".

A arquiteta diz que para serem considerados componentes do patrimônio, os bens teriam que ser inscritos no livro de Tombo. E o conceito estendia-se ao ambiente natural, segundo a Lei que criou o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o decreto 25 de 1937.

É a ampliação da conceitualização de Patrimônio Histórico que permitiu incluir a "história social local", que pretende enfocar o problema de acordo com aspectos específicos da cidade, ou seja, através de sua evolução urbana e manifestações sócio-culturais que a caracterizam", diz Helena Gomes.

São portanto os aspectos históricos, os formais, estéticos e paisagísticos, os sociais e culturais que dão a dimensão do patrimônio histórico de nossa cidade, como de resto a de outros locais. Mas existe uma observação sumamente importante feita pela arquiteta autora do Patrimônio Histórico da Grande Vitória:

"Finalmente, deve-se ressaltar que os mecanismos para garantir a preservação de tais espaços urbanos não poderão constituir-se somente no tombamento, que não proporciona eficiência na abordagem de am-

mas é preciso perguntar: quantos desses monumentos de nossa história já não se perderam neste curto espaço de tempo do levantamento até agora? Por quanto tempo eles resistirão sem que tenham proteção, incluindo a recuperação necessária? Hoje vamos relacionar os prédios históricos de Vitória. Mas existem considerações importantes da autora do estudo, que vale a pena conhecer. Ela denuncia que a cidade vem sofrendo um processo de descaracterização que "se faz sentir em função da pouca atenção que tem merecido por parte de quem vive na cidade o seu habitante nos diversos níveis e posições os bens que de certa forma tornam o nosso meio urbano ímpar, dentre tantos outros". E anuncia que a análise contida no documento refere-se a edificações "legadas por nossos antepassados", não sem lembrar que os bens naturais são de importância também fundamental.

Uma relação sinóptica das edificações a preservar em Vitória, foi elaborada por Helena Gomes, que incluiu um pequeno histórico de cada uma delas, todas incluídas no seu "Edificações a Serem Preservadas em Vitória" da FJSN: **Palácio Anchieta**, Praça João Clímaco. Construído no século XVI, sofreu profundas alterações em fins do século XIX e início do século XX. Não tem nenhuma proteção do ponto de vista histórico. É utilizado atualmente como Palácio do Governo. Em bom estado de conservação, porém suas características originais foram completamente alteradas. É recomendado o seu tombamento, GP2, e também a ampliação da Praça João Clímaco, ao lado. **Escola Maria Ortiz** (ex-D. Pedro II), situada na rua Francisco Araújo. Foi construída no século XIX, no ano de 1892. Sem nenhuma proteção dos órgãos do patrimônio histórico, é utilizado como estabelecimento de ensino. Em estado precário de conservação (NR: hoje reformado). É recomendado além de sua restauração (já feita) e seu tombamento, no GP1. **Assembléia Legislativa** (Palácio Domingos Martins), localizado na Praça João Clímaco, foi construído já no século XX. Não tem nenhuma proteção e serve ao Congresso Legislativo. A edificação está em bom estado de conservação, porém o interior foi alterado. Recomendação: tombamento, no GP2. **Igreja de São Gonçalo**, no

seculo XVI, sofreu reformas no século XVIII. É tombada pelo IPHAN. Sua utilização atual é como Galeria de Arte, aos cuidados da Ufes. Em bom estado de conservação, é recomendado o controle dos gabaritos de altura das edificações entorno, visando a preservação das visuais. Restrições na reedificação da residência ao lado.

Residência Cerqueira Lima, na rua Dionísio Rosendo, 120: construída no século XIX (1889), não tem nenhuma proteção dos órgãos destinados a preservar o patrimônio histórico. É utilizada no pavimento superior como residência e comércio e serviços no pavimento inferior. Em estado regular de conservação, foram executadas algumas alterações no pavimento térreo. É recomendado a tombamento, no GP2. Tratamento do entorno, integrando-o ao Largo da Catedral, e à Escadaria Cerqueira Lima.

Residências na Rua José Marcelino, nos números 197 e 203/205. Foram construídas entre os séculos XVIII e XIX. São tombadas e restauradas pelo IPHAN. São utilizadas exclusivamente para fins residenciais A de número 197, encontra-se em bom estado de conservação, e as de número 203/205 necessita reparos. É recomendado a restauração parcial das residências que vão dos números 203 a 205.

Hotel Europa, na rua Duque de Caxias, 228: Construído no século XIX (1832). Não tem nenhuma proteção. Está em estado regular de conservação. É recomendado o seu tombamento, no GP2.

Teatro Carlos Gomes, localizado na Praça Costa Pereira, foi construído no século XX. Não tem proteção. Utilizado conforme previsto na sua destinação específica, está em bom estado de conservação. É recomendado o seu tombamento, no GP1.

Igreja Nossa Senhora do Rosário, localizada na Escadaria do Rosário, foi construída no século XVIII (1765). Tombada e restaurada pela IPHAN. Está fechada, mas em bom estado de conservação. Recomenda-se a sua abertura e utilização. A existência de diversos espaços na lateral da nave e corpo posterior da igreja, podem sugerir a utilização para outras atividades.

Convento São Francisco, frontispício e Capela Nossa Senhora das Neves, localizado na Rua Padre Nóbrega e Adão Nazaréth. Construído no século XVI e século XVIII (1744). Não tem proteção. A capela Nossa Senhora das Neves encontra-se fechada. Tanto o frontispício, como a capela apresentam estado precário de conservação. Da mesma forma o entorno do frontispício, que carece de

utilizado pela Secretaria de Educação. (NR: Hoje já não tem esta utilização). Em estado regular de conservação, é recomendado o seu tombamento no GP2.

Edificações na rua Muniz Freire nos números 23, 29, 53, 71/75, 81, 93 e 103. Construídas nos séculos XIX e XX, não tem proteção pelos órgãos responsáveis pela sua conservação. As edificações da Rua Muniz Freire, são utilizadas como residências ou estão desabitadas, com excessão da sede da Sociedade Maçonica, e do Colégio São Vicente de Paula.

Algumas dessas residências encontram-se em bom estado de conservação, outras em estado precário, necessitando de intervenção urgente. É recomendado o tombamento do conjunto que compreende as edificações desta rua e o estabelecimento de programas de restauração e conservação, conforme a prioridade de intervenção.

Edificação na rua Henrique Coutinho, dos números um a sete: Foram construídas no século XX. Não tem proteção. Uma delas está sendo utilizada como residência no andar superior e o térreo para serviço, e a outra, como escritório. Em bom estado de conservação, recomenda-se o tombamento, no GP2, e, preservação das características paisagísticas do Morro da Santa Clara.

Mercado Público da Capixaba: Ocupa o quarteirão formado pelas avenidas Jerônimo Monteiro, Princesa Isabel, Araribóia e Desembargador O'Reilly de Souza. Construído no século XX (1924/28), não tem nenhuma proteção. No pavimento térreo existem estabelecimentos comerciais, no pavimento superior funciona uma Secretaria da Fundação Cultural do Espírito Santo (NR: este órgão foi transferido). Em precário estado de conservação. É recomendado o seu tombamento, no GP-2. Restauração da edificação e utilização do pátio interno do mercado para atividades culturais.

Bar Britz: Construído no século XX, não tem proteção. Apresenta bom estado de conservação, e seu tombamento é recomendado, no GP2, bem como a preservação do local como ponto de encontro.

Catedral: Localizada no Largo da Catedral, e ruas Dionísio Rosendo e José Mar-

utilizado pela Secretaria de Educação. (NR: Hoje já não tem esta utilização). Em estado regular de conservação, é recomendado o seu tombamento no GP2.

Edificações na rua Muniz Freire nos números 23, 29, 53, 71/75, 81, 93 e 103. Construídas nos séculos XIX e XX, não tem proteção pelos órgãos responsáveis pela sua conservação. As edificações da Rua Muniz Freire, são utilizadas como residências ou estão desabitadas, com excessão da sede da Sociedade Maçonica, e do Colégio São Vicente de Paula.

Algumas dessas residências encontram-se em bom estado de conservação, outras em estado precário, necessitando de intervenção urgente. É recomendado o tombamento do conjunto que compreende as edificações desta rua e o estabelecimento de programas de restauração e conservação, conforme a prioridade de intervenção.

Edificação na rua Henrique Coutinho, dos números um a sete: Foram construídas no século XX. Não tem proteção. Uma delas está sendo utilizada como residência no andar superior e o térreo para serviço, e a outra, como escritório. Em bom estado de conservação, recomenda-se o tombamento, no GP2, e, preservação das características paisagísticas do Morro da Santa Clara.

Mercado Público da Capixaba: Ocupa o quarteirão formado pelas avenidas Jerônimo Monteiro, Princesa Isabel, Araribóia e Desembargador O'Reilly de Souza. Construído no século XX (1924/28), não tem nenhuma proteção. No pavimento térreo existem estabelecimentos comerciais, no pavimento superior funciona uma Secretaria da Fundação Cultural do Espírito Santo (NR: este órgão foi transferido). Em precário estado de conservação. É recomendado o seu tombamento, no GP-2. Restauração da edificação e utilização do pátio interno do mercado para atividades culturais.

Bar Britz: Construído no século XX, não tem proteção. Apresenta bom estado de conservação, e seu tombamento é recomendado, no GP2, bem como a preservação do local como ponto de encontro.

Catedral: Localizada no Largo da Catedral, e ruas Dionísio Rosendo e José Mar-

utilizado pela Secretaria de Educação. (NR: Hoje já não tem esta utilização). Em estado regular de conservação, é recomendado o seu tombamento no GP2.

Edificações na rua Muniz Freire nos números 23, 29, 53, 71/75, 81, 93 e 103. Construídas nos séculos XIX e XX, não tem proteção pelos órgãos responsáveis pela sua conservação. As edificações da Rua Muniz Freire, são utilizadas como residências ou estão desabitadas, com excessão da sede da Sociedade Maçonica, e do Colégio São Vicente de Paula.

Algumas dessas residências encontram-se em bom estado de conservação, outras em estado precário, necessitando de intervenção urgente. É recomendado o tombamento do conjunto que compreende as edificações desta rua e o estabelecimento de programas de restauração e conservação, conforme a prioridade de intervenção.

Edificação na rua Henrique Coutinho, dos números um a sete: Foram construídas no século XX. Não tem proteção. Uma delas está sendo utilizada como residência no andar superior e o térreo para serviço, e a outra, como escritório. Em bom estado de conservação, recomenda-se o tombamento, no GP2, e, preservação das características paisagísticas do Morro da Santa Clara.

Mercado Público da Capixaba: Ocupa o quarteirão formado pelas avenidas Jerônimo Monteiro, Princesa Isabel, Araribóia e Desembargador O'Reilly de Souza. Construído no século XX (1924/28), não tem nenhuma proteção. No pavimento térreo existem estabelecimentos comerciais, no pavimento superior funciona uma Secretaria da Fundação Cultural do Espírito Santo (NR: este órgão foi transferido). Em precário estado de conservação. É recomendado o seu tombamento, no GP-2. Restauração da edificação e utilização do pátio interno do mercado para atividades culturais.

Bar Britz: Construído no século XX, não tem proteção. Apresenta bom estado de conservação, e seu tombamento é recomendado, no GP2, bem como a preservação do local como ponto de encontro.